







# LÍNGUA PORTUGUESA

# QUESTÕES DE 1 A 15

Para responder a essas questões, assinale APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque o número correspondente na Folha de Respostas.

## AS QUESTÕES DE 1 A 14 ESTÃO RELACIONADAS AO TEXTO ABAIXO

### TEXTO

1 Austeridade ou o caos. Esse tem sido o tom do debate público nacional. Como se austeridade fosse ato  
2 heroico cuja alternativa é o inominável. Austero, etimologicamente, é qualidade de seco, amargo ou rude, sabores  
3 que produzem sensação desagradável. Em associação com o ascetismo filosófico, austeridade ganha tons mais  
4 respeitáveis, quando se refere a formas de vida que rejeitam prazeres mundanos em favor de prazeres espirituais.  
5 No limite, contudo, pode levar à automortificação ritual, renúncia severa ao que ordinariamente entendemos como  
6 a vida e seus prazeres. Se nos apegamos aos prazeres de uma vida boa, com escolhas significativas, como  
7 horizonte de um mundo compartilhado, é preciso fugir da tentação da austeridade filosófica. A palavra chave é  
8 viabilidade.

9 Realizações pessoais ou coletivas, como vida saudável, conhecimento, expressão cultural, segurança,  
10 mobilidade, foram apropriadamente convertidas em direitos de cidadania nas democracias modernas e o Estado,  
11 convertido em seu guardião e fiador. No exercício dessa responsabilidade, governos não podem desconsiderar  
12 indicadores financeiros, mas não devem esquecer sua função meramente indiciária, não os confundindo com os  
13 objetivos finais da ação pública. A pergunta companheira do governante é sempre: que margem de liberdade tenho  
14 eu para cumprir os objetivos que me foram delegados? Para o governante imaginativo de Maquiavel, aquele que  
15 passava a perna na sorte, a pergunta é ainda mais comprometedora: que margem de liberdade tenho para expandir  
16 as margens de liberdade para cumprir os objetivos que me foram atribuídos?

17 Felizmente, não é preciso contar exclusivamente com a inventividade do governante. Há o exemplo.  
18 Sabe-se pela experiência histórica internacional e mesmo por experimentos nacionais recentes que a política social  
19 tem parte com a sua viabilidade financeira. E mais: não apenas ela se paga como é capaz de catapultar países para  
20 patamares elevados de desenvolvimento. Essa, por exemplo, é boa parte da história do desenvolvimento de países  
21 europeus, virtualmente destruídos no pós-guerra. Mas é também parte da história do arranque de economias  
22 periféricas no mesmo período. Desenvolvimento tem aspectos muito variados de economia política: envolve  
23 padrões de produção (que bens produzir) e de consumo (qual a divisão consumo público-consumo privado, que  
24 diferentes itens de consumo), de distribuição (instituições que regulam a distribuição dos frutos entre diferentes  
25 agentes econômicos) e redistribuição (divisão público-privado da propriedade da riqueza, redistribuição no âmbito  
26 da esfera privada, via tributação e transferências/subsídios). A política social incide sobre boa parte deles, o que  
27 nem sempre é notado.

28 Para nos atermos ao caso brasileiro, o surto de crescimento dos últimos anos decorreu de expansão do  
29 consumo doméstico de massas e esse foi em boa parte impulsionado pela política social, com intervenções como  
30 valorização do salário mínimo e transferências governamentais de renda. Ou seja, a política social ao contribuir  
31 para o incremento do produto acabou por contribuir para a sua viabilidade financeira. Contudo, uma análise  
32 detalhada dos itens da demanda nos quais se decompõem o crescimento do produto revela que o consumo público  
33 como proporção do produto quase não cresceu na mesma década em que o consumo doméstico era o carro chefe  
34 do crescimento. Ora, o consumo público não é ganância do governo, mas, essencialmente, gasto social: com  
35 educação, saúde, merenda escolar, cultura, e tantos outros serviços que o governo entrega para a cidadania,  
36 também chamados de bens públicos de consumo individual (diferentemente da defesa ou da administração da  
37 justiça, que são bens públicos de consumo coletivo). Essa parece a aposta ainda a fazer: satisfazer necessidades  
38 sociais de um modo que expanda os recursos para isso. É uma lógica de investimento ainda pouco difundida no  
39 debate público brasileiro.



40 Considere o déficit evidente que há na oferta de serviços sociais públicos como educação e saúde. O  
41 Anuário Brasileiro de Educação Básica (2013) estimava em um quarto de milhão o déficit de professores no  
42 ensino fundamental e médio, com os níveis atuais de cobertura. A expansão dessa cobertura para os patamares do  
43 II Plano Nacional de Educação permite prever déficit ainda maior. Um estudo do Banco Mundial citado nesse  
44 relatório estimava em quase dois milhões a demanda ainda não atendida por vagas em creches no Brasil, o que  
45 multiplica esse déficit por pelo menos dois. O exemplo da educação facilmente se estenderia à saúde, onde o  
46 déficit de pessoal é evidente, e a várias outras áreas incluídas na rubrica de bens públicos sociais. O crescimento  
47 do produto e da renda puxado por esses bens teria efeitos não apenas sobre o crescimento-com-atendimento-de-  
48 necessidades-sociais, mas também sobre a qualidade da força de trabalho e as possibilidades de realização dos  
49 cidadãos. Para ficarmos nos efeitos econômicos apenas, curiosamente se usa a terminologia capital humano para  
50 se referir ao acúmulo rentabilizável de conhecimentos e capacidades nas pessoas, mas se rejeita ou se negligencia  
51 a óbvia dimensão de investimento que deveria vir associada aos meios de expansão de conhecimentos e  
52 capacidades humanas, como são a educação e a saúde. Uma associação bastante evidente é entre esse tipo de  
53 investimento e a capacidade para inovação, de que nos dá exemplo a experiência de países do norte da Europa e  
54 do leste da Ásia.

55 Em conjuntura adversa e tendo em mente o princípio da viabilidade, isto é, como financiar o  
56 investimento social (que complementaria o esforço de redistribuição feito em década recente), não há como  
57 escapar da questão tributária. O tamanho da redistribuição necessária para a universalização de bens sociais  
58 públicos, que de quebra nos traga uma perspectiva de crescimento sustentado com baixos patamares de  
59 desigualdade, há de requerer um esforço tributário maior que o que temos, e com níveis de progressividade  
60 substancialmente maiores, essa, uma mudança estrutural de primeira monta. Sabidamente, nossa tributação é uma  
61 das menos progressivas do mundo: o imposto de renda tem participação minoritária na carga (em comparação  
62 com os regressivos impostos indiretos) e sobre ele incide a mais baixa alíquota máxima do mundo (10 pontos  
63 abaixo da americana, 7,5 pontos abaixo da chilena e vai por aí afora), não temos imposto sobre grandes fortunas  
64 e o imposto sobre herança é desprezível (4% no país, contra 40% no Reino Unido), o IPTU não tem  
65 progressividade e o ITR não é efetivo, não temos tributação sobre lucros e dividendos e nos tornamos o país dos  
66 CNPJ, o que reduz a base do nosso único imposto progressivo. Financiamos nossa política social com tributos  
67 regressivos e usamos o argumento do tamanho da carga tributária como escudo para blindar os altos ganhos contra  
68 o que seria sua justa contribuição.

69 De todo modo, inadmissível fazer o ajuste fiscal incidir sobre o gasto social, educação em especial. No  
70 pior da crise, os países da OCDE aumentaram o gasto social como proporção do PIB e protegeram seus sistemas  
71 educacionais contra assaltos fiscalistas: com raras exceções, os gastos em educação seguiram aumentando. É hora  
72 de aproveitar da crise anunciada para uma virada na estrutura de financiamento dos direitos sociais e rumo ao  
73 investimento social.

POR: Por Celia Lessa Kerstenetzky

FONTE: <https://www.cartamaior.com.br/?/Especial/A-utopia-neoliberal-o-capitalismo-contra-a-democracia>

1



- 01)** Constitui uma informação com respaldo no texto a explicitada na alternativa
- (A) Em qualquer das vertentes explicativas para a austeridade, o que se quer enfatizar é a ausência de mecanismos institucionais eficientes, que reflitam o reconhecimento dos direitos sociais a partir de uma melhor distribuição dos bens públicos com o fim de minimizar a desigualdade social.
- (B) Os países da Europa que optaram por preservar e/ou fortalecer suas políticas sociais de caráter universal não só foram capazes de mitigar os efeitos de crises como retomaram o crescimento econômico, não ocorrendo o mesmo com outros países.
- (C) O atual tempo aponta para o desafio do cumprimento de metas fiscais rigorosas para que se obtenha redução de desigualdades sociais.
- (D) A adoção da prática de cobrança de tributos progressivos tem minimizado o avanço das desigualdades sociais.
- 02)** Quanto à linguagem do texto, é correto afirmar:
- (A) Apresenta-se articulada com os acontecimentos, mas de forma invariavelmente linear.
- (B) Foi usada para explicar a si mesma, na tentativa de tornar evidente a significação de vários termos.
- (C) É marcada pela objetividade, uma vez que inexistente a participação da enunciadora do discurso nos acontecimentos.
- (D) É referencial, uma vez que o objetivo da articulista é também informar sobre a necessidade de um crescimento sustentado com índice pequeno de desigualdade.
- 03)** Há correspondência modo-temporal entre a forma verbal composta “tem sido” (L.1) e a simples
- (A) foi
- (B) fosse
- (C) é
- (D) era
- 04)** Considerando-se o contexto, há correspondência entre o trecho citado e o que dele se afirma na alternativa
- (A) Na palavra “heroico” (L.2), de acordo com o novo acordo ortográfico vigente no Brasil, é opcional o acento no ditongo *oi* da sílaba tônica por ser palavra paroxítona, diferenciando-se da palavra *herói*, na qual é obrigatório o uso do acento.
- (B) “mundanos em favor de prazeres espirituais” (L.4) estabelece o limite entre duas esferas sociais antagônicas.
- (C) “mesmo” (L.18) e “mesmo” (L.22) expressam valores semânticos iguais.
- (D) “Ou seja” (L.30) expressa retificação.
- 05)** Há predicado verbal na oração da alternativa
- (A) “Esse tem sido o tom do debate público nacional.” (L.1).
- (B) “esse foi em boa parte impulsionado pela política social” (L.29).
- (C) “o consumo público não é ganância do governo” (L.34).
- (D) “o ITR não é efetivo” (L.65).
- 06)** Exerce a mesma função sintática do termo “terminologia” (L.49) a expressão
- (A) “ato” (L.1).
- (B) “objetivos” (L.14).
- (C) “parte” (L.26).
- (D) “tributação” (L.60).
- 07)** No que se refere aos recursos da língua usados no texto, está correto o que se afirma em
- (A) Na palavra “heroico” (L.2), o “h” não representa uma consoante brasileira.
- (B) O pronome “se”, em “ela se paga” (L.19), indica reflexibilidade, assim como em “Sabe-se” (L.18).
- (C) “isto é” (L.55) é um elemento de coesão textual que introduz, no contexto, uma retificação.
- (D) “da crise” (L.72) sintaticamente desempenha a mesma função de “da questão tributária” (L.57).



**08)** O verbo é uma importante marca linguística do discurso, que expressa diferentes ideias e, através de suas flexões, informa voz, pessoa, modo, tempo e número em que está sendo usado, além de outra categoria: o aspecto.

A partir dessa informação, está correto o que se afirma sobre a forma verbal transcrita em

- (A) “permite prever” (L.43) é uma locução verbal que faz parte de uma oração optativa.
- (B) “estimava” (L.44) expressa uma ação habitual no passado.
- (C) “teria” (L.47) indica a certeza de fato passado mediante certa condição.
- (D) “são” (L.52) está no plural, concordando com “conhecimentos e capacidades” (L.50).

**09)** Marque a alternativa que contém a afirmação correta sobre a correlação existente entre o termo transcrito e o que se afirma dele.

- (A) “delegados” (L.14), no contexto, funciona como adjetivo com flexão de gênero masculino e flexão de número plural.
- (B) A expressão “exemplo” (L.17) mudará de função sintática caso haja a substituição dessa forma verbal pela sua correlata *existe*, por exemplo, *existe o exemplo*.
- (C) “quase” (L.44) expressa ideia de inclusão.
- (D) “onde” (L.45), pode ser trocado por “que” sem prejuízo de natureza gramatical.

**10)** A base primária de formação das palavras “automortificação” (L.5) e “redistribuição” (L.25), respectivamente, é

- (A) Adjetivo e substantivo.
- (B) Substantivo e substantivo.
- (C) Adjetivo e verbo.
- (D) Substantivo e verbo.

**11)** Há ocorrência de ditongo, dígrafo, hiato e encontro consonantal, respectivamente, em

- (A) “foram” (L.10) “mundanos” (L.4) – “caos” (L.1) – “prazeres” (L.6).
- (B) “caos” (L.1) – “chave” (L.7) – “países” (L.20) – “renda” (L.47).
- (C) “médio” (L.42) – “massas” (L.29) – “aí” (L.63) – “incidir” (L.69).
- (D) “período” (L.22) – “máxima” (L.62) – “saúde” (L.45) – “sistemas” (L.70).

**12)** Exerce a mesma função de “de vida” (L.4) a expressão

- (A) “do governante” (L.13).
- (B) “do consumo” (L.28/29).
- (C) “de renda” (L.61).
- (D) “dos direitos sociais” (L.72).

**13)** Quanto aos recursos linguísticos usados no texto, é correto o que se afirma em

- (A) “Sabe-se” (L.18) é uma forma verbal que se apresenta na mesma voz que “quando se refere a formas de vida” (L.4).
- (B) “o”, em “Há o exemplo” (L.17) e “o”, em “o que multiplica esse déficit por pelo menos dois” (L.44/45), pertencem a classes morfológicas distintas.
- (C) “que” e “que”, em “que o consumo público como proporção do produto quase não cresceu na mesma década em que o consumo doméstico era o carro chefe do crescimento” (L.32/34), são, do ponto de vista morfológico, iguais.
- (D) “pagar” (L.19) apresenta-se com a mesma regência (predicação) que “traga” (L.58).



14)

“Se nos apegamos aos prazeres de uma vida boa, com escolhas significativas, como horizonte de um mundo compartilhado, é preciso fugir da tentação da austeridade filosófica.” (L.6/7).

No período acima,

- (A) evidencia-se uma conformidade.
- (B) determina-se uma causa.
- (C) há uma concessão.
- (D) estabelece-se uma condição.

**A QUESTÃO 15 ESTÁ  
RELACIONADA AO TEXTO ABAIXO**

**TEXTO**



15) Nessa peça publicitária, a única afirmativa **sem comprovação no texto** é a de que há

- (A) descompromisso com a associação dos objetivos do negócio à responsabilidade socioambiental.
- (B) consciência de o mínimo na natureza pode acarretar consequências proporcionalmente elevadas.
- (C) preocupação com a natureza.
- (D) certeza de que é preciso fazer algo em prol do desenvolvimento sustentável.





## INFORMÁTICA

## QUESTÕES DE 16 A 20

- 16)** Dentro da infraestrutura física da internet, um roteador é:
- (A) Um equipamento usado para conectar diferentes redes de computadores entre si.
- (B) Uma barreira de proteção, que controla o tráfego de dados entre seu computador e a Internet (ou entre a rede onde seu computador está instalado e a Internet).
- (C) Um dispositivo eletrônico que modula um sinal digital em uma onda analógica, para ser transmitido pela linha telefônica, e que na outra extremidade demodula e extrai do sinal analógico a informação para o formato digital original.
- (D) Um equipamento que se destina a interligar diversos computadores em uma rede.
- 17)** Assinale a alternativa que se refere a um endereço de e-mail inválido:
- (A) novo.santo.antonio@gmail.com
- (B) novosantoantonio@checkou.gmail.com
- (C) novosantoantonio\_@gmail.com
- (D) novo\_santoantonio@gmail.com
- 18)** A Lixeira é uma pasta especial do Windows 8 que pode ser acessada através de seu ícone na área de trabalho ou no Explorador de Arquivos. Em relação a pasta lixeira no Windows 8, não é correto afirmar que:
- (A) Não é possível abrir arquivos que estão na Lixeira.
- (B) Um arquivo que foi excluído para a Lixeira, não ocupa espaço no disco rígido.
- (C) É possível restaurar arquivos e pastas da Lixeira para qualquer outro local usando “Recortar / Colar” ou arrastando-os.
- (D) Ao excluir arquivo de forma que a capacidade de armazenamento atual da lixeira seja excedida, ela eliminará os mais antigos para liberar espaço e, assim, armazenar o atual.

- 19)** Dentre as mensagens de erro que são exibidas nas fórmulas do Excel, assinale a alternativa que se refere ao tipo de erro descrito abaixo:

Este erro ocorre quando um valor não está disponível para a função ou fórmula. Estes erros ocorrem mais frequentemente com o resultado de uma função de busca como PROCV, PROCH, ÍNDICE, CORRESP. Também pode ocorrer em uma fórmula matricial aonde faltam argumentos. Interessante observar que todas as funções que dependam desta função que está apresentando erro também terá o mesmo erro.

- (A) #NOME!
- (B) #REF!
- (C) #VALOR!
- (D) #N/D

- 20)** São extensões de arquivos que podem ser salvos no Microsoft Word, exceto:

- (A) .doc, .rtf, .xml.
- (B) .odt, .xps, .html.
- (C) .pdf, .docx, .odt.
- (D) .cdt, .rft, .txt.





## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## QUESTÕES DE 21 A 40

- 21)** De acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo, são responsabilidades desse profissional.
- (A)** Ao psicólogo é vedado praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão.
  - (B)** O psicólogo zelar para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando situações em que a Psicologia esteja sendo aviltada.
  - (C)** Os psicólogos, *a priori*, só podem associar o exercício profissional a técnicas ou práticas psicológicas cientificamente reconhecidas, e que estejam de acordo com os critérios estabelecidos no campo científico da Psicologia. Técnicas e práticas ainda não reconhecidas poderão ser utilizadas em caráter de pesquisa, resguardados os princípios éticos fundamentais.
  - (D)** De acordo com o Código de Ética, ao fixar a remuneração pelo seu trabalho, o psicólogo deverá observar os seguintes requisitos: levará em conta a justa retribuição aos serviços prestados e as condições do usuário ou beneficiário; e estipulará o valor de acordo com as características da atividade e o comunicará ao usuário ou beneficiário, antes do início do trabalho a ser realizado.
- 22)** Sobre algumas resoluções do Conselho Federal de Psicologia (CFP) é correto afirmar.
- (A)** O psicólogo que for exercer suas atividades profissionais, por tempo determinado, em jurisdição de outro Conselho Regional de Psicologia, por mais de 120 dias por ano, sejam contínuos ou intercalados, deverá solicitar inscrição secundária no CRP competente. A inscrição secundária não acarretará ônus financeiro ao psicólogo. As atividades que se desenvolvam em tempo inferior a esse, consideradas de natureza eventual, não estarão sujeitas à inscrição secundária.
  - (B)** O psicólogo legalmente inscrito no CRP para atuar como profissional autônomo deve fazer sua inscrição no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e se dirigir à prefeitura da cidade onde atua para se inscrever como prestador de serviços autônomos de Psicologia e pagar Imposto Sobre Serviços (ISS), além de obter o alvará de funcionamento, o alvará sanitário do local e o seguro contra incêndios.
  - (C)** Os psicólogos, *a priori*, só podem associar o exercício profissional a técnicas ou práticas psicológicas cientificamente reconhecidas, e que estejam de acordo com os critérios estabelecidos no campo científico da Psicologia. Técnicas e práticas ainda não reconhecidas poderão ser utilizadas em caráter de pesquisa, resguardados os princípios éticos fundamentais.
  - (D)** O registro documental em papel ou informatizado tem caráter sigiloso e constitui um conjunto de informações que tem por objetivo contemplar, de forma sucinta, o trabalho prestado, a descrição e a evolução da atividade e os procedimentos técnico-científicos adotados. Deve ser mantido permanentemente atualizado e organizado pelo psicólogo que acompanha o procedimento. Os documentos agrupados nos registros do trabalho realizado devem contemplar: identificação do usuário/instituição; avaliação de demanda; registro da evolução do trabalho; e registro de Encaminhamento ou Encerramento.
- 23)** Sobre a Psicopatologia, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma abaixo e depois assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.
- ( ) A psicopatologia, em acepção mais ampla, pode ser definida como o conjunto de conhecimentos referentes ao adoecimento mental do ser humano. É um conhecimento que se esforça por ser sistemático, questionador e desmistificante. Como conhecimento que visa ser científico, não inclui critérios de valor, nem aceita dogmas ou verdades *a priori*. O psicopatólogo não julga moralmente o seu objeto, busca apenas observar, identificar e entender os diversos sintomas e conteúdos da doença mental.



Além disso, rejeita qualquer tipo de dogma, seja ele religioso, filosófico ou biológico; o conhecimento que busca está permanentemente sujeito a revisões, avaliações e reformulações.

- ( ) De modo geral, as formas dos sintomas estão relacionados aos temas centrais da existência humana, tais como sobrevivência e segurança, sexualidade, temores básicos (morte, doença, miséria, etc.), religiosidade, entre outros. Esses temas representam uma espécie de substrato, que entra como ingrediente fundamental na constituição da experiência psicopatológica.
- ( ) Classicamente, distinguem-se três tipos de fenômenos humanos para a psicopatologia: fenômenos semelhantes; fenômenos em parte semelhantes e em parte diferentes; e fenômenos qualitativamente novos, diferentes.
- ( ) O diagnóstico psicopatológico, com exceção dos quadros psicoorgânicos (delirium, demências, síndromes focais, etc.), não é, de modo geral, baseado em possíveis mecanismos etiológicos supostos pelo entrevistador. Baseia-se principalmente no perfil de sinais e sintomas apresentados pelo paciente na história da doença e no momento da entrevista.
- ( ) De início, pode-se afirmar que a habilidade do entrevistador se revela pelas perguntas que formula, por aquelas que evita formular e pela decisão de quando e como falar ou apenas calar. Também é atributo essencial do entrevistador a capacidade de estabelecer uma relação ao mesmo tempo empática e tecnicamente útil do ponto de vista humano.

(A) ( ) F – F – V – V – V.

(B) ( ) V – V – F – V – F.

(C) ( ) F – F – F – F – V.

(D) ( ) V – V – F – F – V.

**24)** Sobre os transtornos relacionados ao uso e abuso de álcool e outras drogas é correto afirmar.

(A) A diminuição da motivação é um ponto importante da síndrome de dependência de substâncias psicoativas. Ela ocorre associada com redução dos interesses, deterioração dos cuidados consigo mesmo e perda de vínculos sociais (que não relacionados à substância). Essa diminuição motivacional relaciona-se também com perda do auto-respeito, sentimentos de vazio e de solidão, depressão, e baixa estima.

(B) Denominam-se psicoses tóxicas aqueles quadros psicóticos causados diretamente pela ação da substância sobre o cérebro. São quadros de curta ou longa duração, que remetem à medida que a substância desaparece do sistema nervoso, o que depende da frequência do consumo e da quantidade. Esses quadros geralmente incluem rebaixamento do nível de consciência, confusão mental, ilusões e alucinações visuais e auditivas, medo e perplexidade.

(C) O alcoolismo pode ser diagnosticado com base em três dimensões: dimensão física; dimensão cultural; e dimensão emocional.

(D) A alucinose alcoólica pode ocorrer durante a síndrome de abstinência, mas é mais comum em períodos independentes dela, estando o indivíduo sóbrio (com o sensorio claro) ou alcoolizado. Caracteriza-se por alucinações audioverbais de vozes que, tipicamente, falam do paciente na terceira pessoa ou falam com ele humilhando-o, desprezando-o. O alcoolista pode ou não ter crítica de tal experiência. A alucinose alcoólica pode durar apenas horas ou dias, mas também pode persistir por meses e até algum tempo mesmo após o paciente haver parado de beber.

**25)** Sobre a elaboração de documentos escritos produzidos pelo psicólogo é correto afirmar.

(A) O documento deve, na linguagem escrita, apresentar uma redação bem estruturada e definida, expressando o que se quer comunicar. Deve ter uma ordenação que possibilite a compreensão por quem o lê, o que é fornecido pela estrutura, composição de parágrafos ou frases, além da correção gramatical. O emprego de frases e termos deve ser compatível com as expressões próprias da linguagem profissional, garantindo a precisão da comunicação, evitando a diversidade de significações da linguagem popular, considerando a quem o documento será destinado. A comunicação deve, ainda, apresentar como qualidades: a ética, a clareza, a concisão e a conclusão.



- (B)** O atestado psicológico é uma peça de natureza e valor científicos, devendo conter narrativa detalhada e didática, com clareza, precisão e harmonia, tornando-se acessível e compreensível ao destinatário. Os termos técnicos devem, portanto, estar acompanhados das explicações e/ou conceituação retiradas dos fundamentos teórico-filosóficos que os sustentam. Deve conter, no mínimo, cinco itens: Identificação; Descrição da demanda; Procedimento; Análise; e Conclusão.
- (C)** A declaração psicológica é um documento expedido pelo psicólogo, que certifica uma determinada situação ou estado psicológico, tendo como finalidade afirmar sobre as condições psicológicas de quem, por requerimento, o solicita, com fins de solicitar afastamento e/ou dispensa do solicitante, subsidiada na afirmação atestada do fato, em acordo com o disposto na Resolução CFP nº 015/96.
- (D)** A discussão do Parecer Psicológico constitui-se na análise minuciosa da questão explanada e argumentada, com base nos fundamentos necessários existentes, seja na ética, na técnica ou no corpo conceitual da ciência psicológica. Nessa parte, devem-se respeitar as normas de referências de trabalhos científicos para suas citações e informações.
- 26)** Sobre a Psicologia Social na Saúde Pública, complete as lacunas abaixo e assinale a alternativa que dá sentido correto ao parágrafo.

No decorrer da inserção da Psicologia no campo da saúde pública, o modelo clínico tradicional passou a ser questionado por não levar em consideração as diferenças \_\_\_\_\_. Tal modelo privilegiava o enfoque individual em detrimento do contexto social e \_\_\_\_\_, gerando, assim, uma prática psicológica de adequação e de ajustamento do indivíduo. Diante disso, os modos de atuação do psicólogo, fundados em modelos universalizantes de saúde, passaram a ser \_\_\_\_\_ por não serem experienciados da mesma forma e não estar acessível às diversas classes sociais brasileiras. Assim, um trabalho voltado para as classes populares passa a demandar um novo olhar da Psicologia para o sofrimento psíquico gerado nessa população. A constante preocupação com a melhora da qualidade de vida das pessoas, independente da classe social, fez com que as estratégias de intervenção e o \_\_\_\_\_ da

Psicologia se voltassem também para o contexto popular e, com isso, buscassem técnicas que estivessem próximas dessa realidade. Nesse contexto, surge a Psicologia Social Comunitária, que entende o indivíduo como uma realidade \_\_\_\_\_, situado em uma estrutura social de classe e em um determinado espaço \_\_\_\_\_, geográfico, social, cultural, econômico, \_\_\_\_\_ e, por isso, \_\_\_\_\_, como uma resposta às críticas do modelo tradicional da Psicologia.

- (A)** culturais; econômico; relativizados; foco; diferente; histórico; simbólico; específico.
- (B)** apresentadas; econômico; relativizados; tratamento; sócio-histórica; histórico; simbólico; específico.
- (C)** apresentadas; histórico; relativizados; foco; sócio-histórica; histórico; simbólico; ideológico.
- (D)** culturais; comunitário; diferenciados; tratamento; sócio-histórica; histórico; simbólico; ideológico.

**27)** Sobre a Psicologia de Grupo é correto afirmar.

- (A)** O encontro de pessoas no grupo produz um fenômeno denominado de galeria de espelhos, no qual cada participante pode refletir nos outros e ter refletidos pelos outros os vários aspectos de sua imagem social e psicológica. Isso oferece ao indivíduo uma oportunidade ímpar de corrigir identificações patológicas, produzindo novas identificações mais saudáveis.
- (B)** Uma característica importante da dinâmica grupal é o desempenho de “papéis” que são sempre adotados temporariamente pelos membros do grupo, conforme a influência do grupo sobre o participante.
- (C)** Quanto às características pessoais que possam prever uma participação exitosa em grupo, a *motivação* é a principal delas. Motivação é um conceito que inclui a presença ou não de sofrimento psíquico. Além disso, devemos estar atentos para a capacidade de socialização, para a capacidade de feedback e para a história individual de cada participante que, independentemente de ser satisfatória ou não, não contra-indica o grupo.



**(D)** O enquadre grupal é o conjunto de regras e combinações que organizam e possibilitam o processo grupal terapêutico. Ele inclui os aspectos práticos do tratamento: local, horário, frequência e duração das sessões, honorários, férias, número de participantes, grupo aberto ou fechado, etc. Ao mesmo tempo, também funciona como um organizador pessoal que estabelece limites e funções e proporciona a segurança necessária para os pacientes poderem atuar ao longo do tratamento. Ele é uma fronteira para as interações necessárias.

**28)** A portaria 2436/2017 aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), sobre esse tema informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma abaixo e depois assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

( ) São algumas diretrizes da RAS a serem operacionalizados na Atenção Básica: Regionalização e Hierarquização, Territorialização; e População Adscrita.

( ) A integração entre a Estratégia de Saúde da Família e Atenção Básica é condição essencial para o alcance de resultados que atendam às necessidades de saúde da população, na ótica da integralidade da atenção à saúde e visa estabelecer processos de trabalho que considerem os determinantes, os riscos e danos à saúde, na perspectiva da intra e intersetorialidade.

( ) Um princípio da Atenção Básica é a Resolutividade. Esse princípio reforça a importância da Atenção Básica ser resolutiva, utilizando e articulando diferentes tecnologias de cuidado individual e coletivo, por meio de uma clínica ampliada capaz de construir vínculos positivos e intervenções clínicas, centrada na pessoa, na perspectiva de ampliação dos graus de autonomia dos indivíduos e grupos sociais. Deve ser capaz de resolver a grande maioria dos problemas de saúde da população, coordenando o cuidado do usuário em outros pontos da RAS, quando necessário.

( ) Para que a Atenção Básica possa ordenar a Estratégia de Saúde da Família, é preciso reconhecer as necessidades de saúde da população sob sua responsabilidade, organizando-as em

relação aos outros pontos de atenção à saúde, contribuindo para que a programação dos serviços de saúde parta das necessidades das pessoas, com isso fortalecendo o planejamento ascendente.

( ) A gestão municipal deve articular e criar condições para que a referência aos serviços especializados ambulatoriais, sejam realizados preferencialmente pela Atenção Básica, sendo de sua responsabilidade: ordenar o fluxo das pessoas nos demais pontos de atenção da RAS; gerir a referência e contrarreferência em outros pontos de atenção; e estabelecer relação com os especialistas que cuidam das pessoas do território.

**(A)** V – V – V – F – V.

**(B)** F – F – F – V – V.

**(C)** V – F – F – F – V.

**(D)** F – V – F – V – V.

**29)** A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS), são alguns objetivos do SUAS:

**(A)** Estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; e afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos.

**(B)** Estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social; e realizar as ações das três esferas de governo na área de assistência social de forma articulada, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos programas, em suas respectivas esferas, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

**(C)** Implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social; e celebrar convênios com entidades e organizações de assistência social, em conformidade com os Planos aprovados pelos respectivos Conselhos.

**(D)** Definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais; e as ações de assistência social, no âmbito das entidades e organizações de assistência social, observarão as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).





- 30)** De acordo com o Estatuto do Idoso é correto afirmar.
- (A)** É obrigação do Estado, da sociedade e da família, assegurar à pessoa idosa a liberdade, a saúde, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis.
- (B)** É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos. A prevenção e a manutenção da saúde do idoso serão efetivadas por meio de: cadastramento da população idosa em base territorial; atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatórios; unidades geriátricas de referência, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social; atendimento domiciliar, incluindo a internação, para a população que dele necessitar e esteja impossibilitada de se locomover, inclusive para idosos abrigados e acolhidos por instituições públicas, filantrópicas ou sem fins lucrativos e eventualmente conveniadas com o Poder Público, nos meios urbano e rural; e reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia, para redução das sequelas decorrentes do agravo da saúde.
- (C)** Ao idoso que esteja no domínio de suas faculdades mentais é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável. Não estando o idoso em condições de proceder à opção, esta será feita: pelos familiares, quando o idoso não tiver um responsável ou este não puder ser contactado em tempo hábil; será realizado pelo próprio médico caso em que deverá comunicar o fato ao Ministério Público em no máximo 72 horas..
- (D)** O idoso tem direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições física, motoras, intelectuais, e cognitivas.
- 31)** Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente é correto afirmar.
- (A)** É dever do poder público e da família, assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. A garantia de prioridade compreende: receber socorro em quaisquer circunstâncias; atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; inclusão na formulação e na execução das políticas sociais públicas; e direito a recursos públicos nas áreas relacionadas com a educação e saúde.
- (B)** É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades médicas e sanitárias.
- (C)** No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.
- (D)** A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, entre União e municípios.
- 32)** De acordo com a Lei Maria da Penha é correto afirmar.
- (A)** São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher: a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; e a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a



presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

- (B)** A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações dos Estados e dos Municípios, tendo por diretrizes: a integração operacional do Ministério Público com as áreas de segurança pública e assistência social; a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas; o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos da vítima, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no inciso III do art. 1º, no inciso IV do art. 3º e no inciso IV do art. 221 da Constituição Federal; a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher; e a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres.
- (C)** A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Constituição Federal de 1988, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção.

**(D)** Ao processo, ao julgamento e à execução das causas cíveis e criminais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher aplicar-se-ão as normas dos Códigos de Processo Penal e Processo Civil e da legislação específica relativa à criança, ao adolescente e ao idoso que não conflitem com o estabelecido nesta Lei.

- 33)** Sobre a Política Nacional de Saúde Mental, complete as lacunas abaixo e assinale a alternativa que dá sentido correto ao parágrafo.

A Política Nacional de Saúde Mental desenvolvida pelo Ministério da Saúde tem por objetivo consolidar um modelo de atenção à saúde mental \_\_\_\_\_ e de base \_\_\_\_\_, garantindo a \_\_\_\_\_ circulação das pessoas com transtornos mentais pelos serviços, comunidade e cidade. Em consonância com a Reforma Psiquiátrica (Lei 10.216/2001), o governo federal impulsionou a construção de um modelo humanizado, mudando o foco da hospitalização como centro ou única possibilidade de tratamento às pessoas com transtornos mentais e com necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas. Nesse sentido, cabe ao Ministério da Saúde estabelecer \_\_\_\_\_, oferecer apoio técnico e disponibilizar os recursos necessários para a abertura e \_\_\_\_\_ de serviços de saúde. Vale ressaltar que a \_\_\_\_\_ direta e gestão do serviço é de responsabilidade de estados e municípios.

- (A)** aberto; comunitária; livre; diretrizes; cofinanciamento; assistência.
- (B)** extra hospitalar; social; livre; diretrizes; manutenção; atuação.
- (C)** livre; comunitária; plena; regras; cofinanciamento; atuação.
- (D)** aberto; social; livre; princípios; manutenção; assistência.
- 34)** O Sisnad tem a finalidade de articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas com:
- (A)** A integração das estratégias nacionais e internacionais de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e de repressão à sua produção não autorizada e ao seu tráfico ilícito; e a observância às orientações e normas emanadas do Conselho Nacional Antidrogas – Conad.



- (B)** A prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas; e a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas.
- (C)** A promoção a integração entre as políticas de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e de repressão à sua produção não autorizada e ao tráfico ilícito e as políticas públicas setoriais dos órgãos do Poder Executivo da União, Distrito Federal, Estados e Municípios; e a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas.
- (D)** A integração das estratégias nacionais e internacionais de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e de repressão à sua produção não autorizada e ao seu tráfico ilícito; e a promoção da construção e da socialização do conhecimento sobre drogas no país.
- 35)** De acordo com o Decreto 3298/1999 é correto afirmar.
- (A)** São objetivos da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência: estabelecer mecanismos que acelerem e favoreçam a inclusão social da pessoa portadora de deficiência; adotar estratégias de articulação com órgãos e entidades públicos e privados, bem assim com organismos internacionais e estrangeiros para a implantação desta Política; incluir a pessoa portadora de deficiência, respeitadas as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, à saúde, ao trabalho, à edificação pública, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à habitação, à cultura, ao esporte e ao lazer; viabilizar a participação da pessoa portadora de deficiência em todas as fases de implementação dessa Política, por intermédio de suas entidades representativas; ampliar as alternativas de inserção econômica da pessoa portadora de deficiência, proporcionando a ela qualificação profissional e incorporação no mercado de trabalho; e garantir o efetivo atendimento das necessidades da pessoa portadora de deficiência, sem o cunho assistencialista.
- (B)** A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em consonância com o Programa Nacional de Direitos Humanos, obedecerá às seguintes diretrizes: desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto sócio-econômico e cultural; estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciam o seu bem-estar pessoal, social e econômico; e respeito às pessoas portadoras de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos.
- (C)** Para os efeitos deste Decreto, considera-se: deficiência temporária; deficiência permanente; e incapacidade mental e/ou física.
- (D)** A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência.
- 36)** Sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência é correto afirmar.
- (A)** É beneficiária do processo de reabilitação a pessoa que apresenta deficiência, qualquer que seja sua natureza, agente causal ou grau de severidade. Considera-se reabilitação o processo de duração ilimitada e com objetivo definido, destinado a permitir que a pessoa com deficiência alcance o nível físico, mental ou social funcional ótimo, proporcionando-lhe os meios de modificar sua própria vida, podendo compreender medidas visando a compensar uma limitação funcional e facilitar ajustes ou reajustes sociais.
- (B)** Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal prestarão direta ou indiretamente à pessoa portadora de deficiência os seguintes serviços: reabilitação integral, entendida como o desenvolvimento das potencialidades da pessoa portadora de deficiência, destinada a facilitar sua atividade laboral, educativa e social; formação profissional e qualificação para o trabalho;





escolarização em estabelecimentos de ensino regular com a provisão dos apoios necessários, ou em estabelecimentos de ensino especial; e orientação e promoção individual, familiar e social.

**(C)** Os órgãos e as entidades da Assistência Social direta e indireta deverão conferir, no âmbito das respectivas competências e finalidades, tratamento prioritário e adequado aos assuntos relativos à pessoa portadora de deficiência, visando a assegurar-lhe o pleno exercício de seus direitos básicos e a efetiva inclusão social.

**(D)** São instrumentos da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência: a articulação entre entidades governamentais e não-governamentais que tenham responsabilidades quanto ao atendimento da pessoa portadora de deficiência a nível municipal; o atendimento eficiente da pessoa portadora de deficiência; a aplicação da legislação específica que disciplina a reserva de mercado de trabalho, em favor da pessoa portadora de deficiência, nos órgãos e nas entidades públicos e privados; o fomento da tecnologia de bioengenharia voltada para a pessoa portadora de deficiência, bem como a facilitação da importação de equipamentos; e a fiscalização do acompanhamento pertinente à pessoa portadora de deficiência.

**37)** Sobre o LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), analise as afirmativas abaixo e assinale a opção correta.

- I. A organização da assistência social tem como base os seguintes princípios: descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo; participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; e primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.
- II. A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas), com os seguintes objetivos: consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os

entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva; integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social; estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social; definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais; implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social; estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; e afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos.

III. Os Estados e os Municípios são os responsáveis por celebrarem convênios com entidades e organizações de assistência social, em conformidade com os Planos aprovados pelos respectivos Conselhos.

IV. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social. O incentivo a projetos de enfrentamento da pobreza assentar-se-á em mecanismos de articulação e de participação de diferentes áreas governamentais e em sistema de cooperação entre organismos governamentais, não governamentais e da sociedade civil.

V. Fica instituído o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi), que integra a proteção social e consiste no apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, articulando os serviços socioassistenciais com as diversas políticas públicas e com órgãos do sistema de garantia de direitos.

- (A)** Estão corretas apenas as afirmativas I, II e IV.  
**(B)** Estão corretas apenas as afirmativas III, IV e V.  
**(C)** Estão corretas apenas as afirmativas II, III e V.  
**(D)** Estão corretas apenas as afirmativas II, IV e V.



**38)** Sobre os Benefícios, os Serviços, os Programas e dos Projetos de Assistência Social descritos no LOAS é correto afirmar.

- (A)** O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. Para os efeitos do disposto no caput, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, e os filhos menores desde que vivam sob o mesmo teto. Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental ou intelectual, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/2 (metade) do salário-mínimo. O benefício não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo os da assistência médica e da pensão especial de natureza indenizatória. A condição de acolhimento em instituições de longa permanência não prejudica o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao benefício de prestação continuada.
- (B)** Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. A concessão e o valor dos benefícios de que trata este artigo serão definidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e previstos nas respectivas leis orçamentárias anuais, com base em critérios e prazos definidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social. O CNAS, ouvidas as respectivas representações de Estados e Municípios dele participantes, poderá propor, na medida das disponibilidades orçamentárias das 3 (três) esferas de governo, a instituição de benefícios subsidiários

no valor de até 25% (vinte e cinco por cento) do salário-mínimo para cada criança de até 6 (seis) anos de idade.

- (C)** Entendem-se por serviços sócio assistenciais as atividades continuadas, planejadas e programadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas e especiais e que os objetivos estabelecidos na LOAS.
- (D)** Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais. Os programas serão definidos pelas respectivas Conferências de Assistência Social, obedecidos os objetivos e princípios que regem a LOAS, com prioridade para a inserção profissional e social.
- 39)** De acordo com a Lei 9394/1996 é correto afirmar.
- (A)** O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Conselho Tutelar, acionar o Ministério Público para exigí-lo.
- (B)** Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.
- (C)** É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 5 (cinco) anos de idade.
- (D)** A União é responsável por organizar os sistemas de ensino.



**40)** A respeito das grandes síndromes psiquiátricas, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma abaixo e depois assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ( ) No episódio depressivo, evidentes sintomas depressivos (humor deprimido, anedonia, fadigabilidade, diminuição da concentração e da auto-estima, idéias de culpa e de inutilidade, distúrbios do sono e do apetite) devem estar presentes por pelo menos duas semanas, e não mais que por dois anos de forma ininterrupta. Os episódios duram geralmente entre 3 e 12 meses (com mediana de seis meses).
- ( ) Na histeria de dissociativa, os sintomas e as perturbações corporais são muito variados: paralisias histéricas, anestésias e analgesias histéricas, cegueira histérica, perturbações histéricas no andar e no ficar de pé (astasia-abasia) e perda da fala ou rouquidão histérica (afonia histérica).
- ( ) A paranóia caracteriza-se por um delírio geralmente organizado e sistematizado, às vezes com temática complexa, que permanece como que “encistado”, “cristalizado”, comprometendo a personalidade do doente. Ocorre em sujeitos com mais idade (geralmente após os 40 anos), e geralmente tem curso crônico e estável.
- ( ) As parafrenias são formas de psicose esquizofreniforme, de aparecimento tardio, em que surgem delírios, em geral acompanhados de alucinações, mas nas quais há relativa preservação da personalidade do doente.
- ( ) Na anorexia nervosa, há uma busca implacável de magreza e o medo intenso e mórbido de parecer ou ficar gorda(o). Atualmente, reconhecem-se dois subtipos de anorexia nervosa o restritivo; e o purgativo.

- (A)** V – F – V – V – F.  
**(B)** F – V – F – F – V.  
**(C)** V – F – F – V – V.  
**(D)** V – V – F – F – V.